

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO NOROESTE FLUMINENSE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

SHIRLEI APARECIDA PINTO BUTTER DE ALMEIDA

**SALA DE RECURSOS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO
NOROESTE FLUMINENSE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: RELATO DE
EXPERIÊNCIA**

Santo Antônio de Pádua
2018

SHIRLEI APARECIDA PINTO BUTTER DE ALMEIDA

**SALA DE RECURSOS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO
NOROESTE FLUMINENSE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: RELATO DE
EXPERIÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação da
Licenciatura em Pedagogia da
Universidade Federal Fluminense, como
requisito parcial para conclusão do curso.
Área de concentração: Educação
Inclusiva.

Orientadora:
Prof^ª.Jacqueline de Souza Gomes

Santo Antônio de Pádua
2018

Ficha catalográfica automática - SDC/BINF
Gerada com informações fornecidas pelo autor

A447s Almeida, SHIRLEI APARECIDA PINTO BUTTER DE
SALA DE RECURSOS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO
NOROESTE FLUMINENSE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: : RELATO DE
EXPERIÊNCIA / SHIRLEI APARECIDA PINTO BUTTER DE Almeida ;
Profª.Jacqueline de Souza Gomes, orientador. Santo Antônio
de Pádua, 2018.
41 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia)-
Universidade Federal Fluminense, Instituto do Noroeste
Fluminense de Educação Superior, Santo Antônio de Pádua,
2018.

1. Sala de Recursos Multifuncionais;. 2. Educação
Infantil;. 3. Educação Inclusiva.. 4. Pessoas com
Necessidades Educativas Especiais;. 5. Produção intelectual.
I. Gomes, Profª.Jacqueline de Souza, orientador. II.
Universidade Federal Fluminense. Instituto do Noroeste
Fluminense de Educação Superior. III. Título.

CDD -

SHIRLEI APARECIDA PINTO BUTTERDE ALMEIDA

**SALA DE RECURSOS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO
NOROESTE FLUMINENSE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: RELATO DE
EXPERIÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação da Licenciatura em Pedagogia,
como requisito parcial para conclusão do curso. Área de concentração: Educação Inclusiva.

Aprovada em 12 de dezembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Jacqueline de Souza Gomes - UFF

Prof. Dr. Silvio César de Souza Lima - UFF

Profa. Valmici Musquine de Brito – Prefeitura de MG

Santo Antônio de Pádua
2018

DEDICATÓRIA

À Deus, por ser essencial em minha vida.

À meu pai, João, *in memoriam*, que com muita fé, simplicidade e respeito, venceu várias dificuldades e se dedicou a sua família e hoje ficaria orgulhoso em ver sua filha graduada.

Aos meus filhos, razão de minha vida e existência.

Ao meu marido, pelo amor e dedicação para com nossa família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me deu forças para concluir essa etapa da vida. Ao meu marido e companheiro, meu porto seguro nas incertezas, meu eterno agradecimento por acumular muitas das minhas tarefas nesses últimos anos e por compreender os meus momentos de ausência, pelo tempo dedicado aos meus filhos e por permitir que me dedicasse aos estudos. À minha filha, Gabriela, agradeço a demonstração de afeto e carinho que, junto com o pai, foram incansáveis ao cuidar de seus irmãos menores para que eu estivesse ausente a fim de concluir meu sonhado objetivo. A toda minha família, que acreditou e contribuiu para que o sonho da faculdade se tornasse realidade.

À Universidade Federal Fluminense – Pádua, na figura de seu corpo docente, direção, administração e todos os funcionários, que me oportunizaram as ferramentas que me permitiram chegar ao final desse ciclo de maneira satisfatória.

À minha orientadora, Jacqueline, pela dedicação e humanidade em momentos que me encontrava fragilizada, devido acontecimentos inesperados em minha vida. Sua amizade e carinho me incentivaram nesta longa caminhada. Muito obrigada por ser humana e maravilhosa, uma pessoa ímpar que Deus colocou em meu caminho.

Ao prof. Silvio e à profa. Valmici que aceitaram integrar esta banca.

Aos meus amigos e colegas de turma, o meu agradecimento. Obrigada pelos inúmeros conselhos, frases de motivação e risadas que compartilharam comigo.

Enfim, obrigada a todos que me ajudaram, direta ou indiretamente, nessa etapa tão desafiadora da vida. Minha eterna gratidão a todos e todas.

A inclusão escolar significa um novo marco conceitual e ideológico, o qual precisa envolver políticas, serviços sociais e comunidade. Implica considerar, aceitar e reconhecer a diversidade na vida e na sociedade, isto é, identificar que cada indivíduo é único, com suas necessidades, desejos e peculiaridades próprias.

Mantoan

RESUMO

O presente trabalho monográfico consta de uma reflexão sobre a importância das Salas de Recursos no contexto da Educação Infantil no Noroeste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. Este estudo foi desenvolvido com o emprego da pesquisa bibliográfica e do relato de experiência a partir de vivência no estágio supervisionado em sala de recursos da região. As pessoas com necessidades especiais, ao longo da história, foram excluídas da vida social. Além disto, o sistema educacional também sofreu grandes mudanças ao longo das décadas e hoje se faz necessário ressignificá-lo para incluir muitas pessoas que tendiam a dele ser excluídas. A educação inclusiva ganhou respaldo legal a partir da Constituição da República Federativa de 1988, onde se determinou que os “portadores” de necessidades especiais teriam o direito de frequentar a classe regular de ensino. Para complementar e apoiar a educação inclusiva foram criadas as Salas de Recursos Multifuncionais, em 2007, pelo Ministério da Educação e Cultura. A sala de recursos é um espaço destinado ao atendimento de educandos com necessidades especiais, altas habilidades/superdotação, deficiência intelectual, devendo o seu funcionamento ser no contra turno em que o aluno estuda. Esse espaço difere da sala de aula comum devido ao fato de serem utilizados materiais e recursos tecnológicos específicos. Assim como no ensino regular, existe o processo avaliativo na educação especial. Através das avaliações do desenvolvimento destes educandos, são traçadas novas estratégias pedagógicas capazes de propiciarem o desenvolvimento dos mesmos nas diversas áreas e contribuirão para a sua inserção e participação ativa na sociedade. Importante salientar que as salas de recursos multifuncionais não têm por objetivo substituir as classes comuns de ensino, pois estas são um espaço complementar, na qual os alunos que a frequentam possuem dupla matrícula. Concluímos que a inclusão é um movimento amplo, levando em conta não apenas a pessoa com necessidades educativas especiais, mas considerando também as diferenças individuais, direitos e deveres dos cidadãos. Ainda é preciso que os professores se conscientizem de seu importante papel na Sala de Recursos Multifuncionais e que busquem se informar sobre este recurso pedagógico.

Palavras-chave: Sala de Recursos Multifuncionais; Pessoas com Necessidades Educativas Especiais; Educação Infantil; Educação Inclusiva.

ABSTRACT

The present monographic work consists of a reflection on the importance of Resource Rooms in the context of Early Childhood Education in the Northwest Fluminense of the State of Rio de Janeiro. This study was developed with the use of bibliographical research and experience reports from the supervised internship in resource rooms in the region (we will not identify the school units). People with special needs, throughout history, have been excluded from social life. In addition, the educational system has undergone major changes over the decades and today it is necessary to re-signify it to include many people who tended to be excluded from it. Inclusive education gained legal support from the Constitution of the Federative Republic of 1988, where it was determined that special needs "bearers" would have the right to attend regular classes. To supplement and support inclusive education, the Multifunctional Resource Rooms were created in 2007 by the Ministry of Education and Culture. The resource room is a space for the care of students with special needs, high skills / giftedness, intellectual deficiency, and its operation must be on the counter in which the student studies. This space differs from the ordinary classroom due to the fact that specific materials and technological resources are used. As in regular education, there is the evaluative process in special education. Through the evaluations of the development of these students, new pedagogical strategies are developed, capable of fostering their development in the various areas and contributing to their insertion and active participation in society. It is important to point out that multifunctional resource rooms do not aim to replace common teaching classes, as these are a complementary space, in which the students who attend it have dual enrollment. We conclude that inclusion is a broad movement, taking into account not only the person with special educational needs, but also considering individual differences, rights and duties of citizens. It is still necessary for teachers to be aware of their important role in the Multifunctional Resource Room and to seek information about this pedagogical resource.

Keywords: Multifunctional Resource Room; People with Special Educational Needs; Child education; Inclusive education.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL	12
2.1	Situando o Problema	12
3	A SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS	19
3.1	Implantação da Sala de Recursos Multifuncionais no Brasil	19
3.2	Público-alvo da Sala de Recursos Multifuncionais.....	20
3.3	Minhas Experiências com a Sala de Recurso Multifuncionais	22
4	CONCLUSÃO	29
	REFERÊNCIAS	31
	ANEXO	33
	PLANO PEDAGÓGICO INDIVIDUAL – PPI	

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho monográfico aborda a importância das Salas de Recursos no contexto da Educação Infantil no Noroeste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro no atendimento aos educandos com necessidades especiais, esclarece a institucionalização desse espaço destinado a complementação do ensino compreendido na rede regular e informa quais alunos são considerados público alvo da modalidade denominada “Atendimento Educacional Especializado”. Também vem discutir como deve ser a atuação do professor frente à educação especial e a inclusiva. Para isso, utilizamos pesquisa bibliográfica com citações de autores e normas.

Pessoas com necessidades especiais já foram vistas de maneiras muito distintas ao longo dos anos. De acordo com o contexto histórico, cada visão é fruto de valores éticos, religiosos, morais difundidos em cada momento. Conforme as mudanças na sociedade vêm ocorrendo, a educação também se transforma de acordo com o tempo e o espaço, já que ela é parte integrante da convivência social (Oliveira, 2009).

A educação nem sempre se apresentou como nos dias atuais. Nos tempos de outrora não havia estabelecimentos de ensino para que as pessoas fossem educadas, elas aprendiam e ensinavam mediante a troca de conhecimentos adquiridos entre as gerações. A sociedade capitalista não estava aberta à participação das pessoas com deficiência, uma vez que estas eram vistas como incapazes e não tinham espaço algum para que suas ideias fossem transmitidas (Ponce, 1992).

A educação especial é um processo que tem amparo legal uma vez que a Constituição da República de 1988 afirmou que os alunos com algum tipo de deficiência têm o direito de estarem incluídos em uma sala de aula comum (Leão, 2005). Não obstante o foco deste trabalho serem os alunos de sala de recursos, com deficiências, por educação inclusiva não devemos compreender aquela que se restringe a pessoas com deficiências. A educação

inclusiva é uma ferramenta para repensarmos a educação em geral a fim de transgredirmos com valores que usualmente expressam preconceito e discriminação.

A metodologia deste trabalho envolve, como dito, a pesquisa bibliográfica mas também o relato de experiência. A pesquisa bibliográfica “tem por finalidade conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno” (Oliveira, 2004, p.19). Corroborando tal escolha, Severino (2007), defende a importância desta pesquisa para o pesquisador elaborar sua produção a partir de material já publicado. Ou seja, as (re)leituras deste material geram produção e promovem, significativamente, o crescimento da pesquisa necessário à sociedade atual.

O trabalho está dividido em dois capítulos. No primeiro trazemos um breve histórico sobre a educação especial no Brasil. No segundo, buscamos mostrar como deveria funcionar uma sala de recursos na teoria e trazemos também meu relato de experiência de estágio em uma das salas de recursos de município do Noroeste Fluminense.

2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Neste capítulo discorreremos, em linhas gerais, sobre as origens da educação especial no Brasil. Como dito acima, tendemos a uma interpretação de educação inclusiva que não se esgota no foco a pessoa com deficiência. Portanto, a educação especial insere-se na educação inclusiva, mas não se confunde com ela.

2.1. Situando o Problema

A educação especial é aquela focalizada no atendimento as pessoas com deficiências e a história evidencia que os conceitos e práticas relativas ao atendimento da pessoa com necessidades educativas especiais foram evoluindo no decorrer dos tempos. No entanto, a história também nos apresenta políticas extremas de exclusão da sociedade de muitos de seus elementos. Na Antiguidade havia total falta de atendimento e os deficientes eram abandonados, perseguidos e “eliminados”, devido às suas condições “atípicas”. Tais condutas eram legitimadas pela sociedade. Pessoti (1984) afirma que, embora este momento histórico não traga na literatura muitas referências quanto às pessoas com deficiência, é sabido que em Esparta crianças com deficiências físicas ou mentais eram consideradas subumanas, o que legitimava sua eliminação ou abandono. Portanto, pode-se dizer que não existia nenhum processo de interação com tais indivíduos deficientes.

Na Idade Média, os deficientes começam a escapar do abandono e da exposição, passando a ser acolhidos em conventos ou igrejas sob a ambivalência castigo e caridade. Mereciam o asilo cujas paredes convenientemente isolam e escondem o incômodo ou inútil. Mendes (2010) afirma que a Idade Média foi uma fase de institucionalização, em que os indivíduos que apresentavam deficiência eram segregados e protegidos em instituições

residenciais. E nessas instituições o tratamento variava segundo as concepções de caridade ou castigo predominantes na comunidade em que o deficiente estava inserido.

Com o Renascimento, quando a cultura e os valores se voltaram para o ser humano, ocorre a mudança da fase de “total ignorância” e rejeição do indivíduo deficiente e começa a se falar em direitos e deveres dos deficientes. O Renascimento é um movimento que caracterizou o século XV e, principalmente, XVI e tinha valores contrários aos que vigoravam na Idade Média. A partir do período renascentista, segundo Jimenez (1994) surgem os primeiros interessados com as deficiências, como:

- Bauer (1443-1485) que em seu estudo denominado “De Invention Dialéctica” faz referência a um surdo-mudo que se comunicava por escrito. A partir deste fato o médico Jerônimo Cardan (1501-1576), pode questionar o princípio defendido por Aristóteles de que “o pensamento é impossível sem a palavra”.

- O frade Pedro Ponce de León (1509-1584) dedicou-se a educação de 12 crianças surdas com grande sucesso e escreveu o livro *Doctrina para los surdos-mudos*, é considerado o iniciador do ensino para surdos e criador do método oral.

- Charles Michel de l'Epée (1712-1789) cria a primeira escola pública para surdos em 1755. Valentin Haüy (1746-1822) criou em Paris um instituto para crianças cegas em 1784. Era aluno do instituto o cego Louis Braille (1806-1852), criador do famoso sistema de leitura e escrita conhecido precisamente por sistema Braille.

- Carmo (1991), afirma que a época do Renascimento foi marcada por grandes personalidades no campo da cultura, ciência, arte e música que eram deficientes como: Luís de Camões, que

perdeu um de seus olhos em luta, Galileu Galilei ficou cego no final de sua vida. JohannesKepleer aos quatro anos de idade passou a ser deficiente visual, causado por sarampo. Ludwig Von Beethoven no final de sua vida fica surdo. Observa-se que nenhum dos deficientes são mentais, apenas físicos. O deficiente mental continuava segregado e não tinha destaque na sociedade, pois a esses era negado às oportunidades de aprendizagem.

- Ferreira e Guimarães (2003) afirmam que na Idade Moderna, o homem passa a ser entendido como animal racional, que trabalha planejando e executando atividades para melhorar o mundo dos homens e atingir a igualdade através da produção em maior quantidade. A apologia era o método experimental. Valoriza-se a observação, a testagem, as hipóteses. Encaminham-se esforços para descobrir as leis da natureza relegando-se a plano secundário as discussões sobre as leis divinas.

Ainda segundo Jimenez (1994), as teorias de genética impuseram um período de forte influência médica sobre o estudo da deficiência afastando para segundo plano os estudos educacionais. Em contrapartida,

O surgimento de instituições leva a aceitar uma certa responsabilização na educação de crianças com deficiência, ao mesmo tempo, imbuída por uma ambiguidade profunda com respeito ao fenômeno das diferenças individuais que implicam limitações e deficiência (CORREIA, 1997, p.69 apud JIMENEZ, 1994).

Por um lado, tende-se a segregar os deficientes da sociedade em que vivem porque constituiriam uma ameaça, sem que lhes fossem reconhecidos direitos nem possibilidades para levar uma vida normal. Por outro lado, Mendes (2010) afirma que esta segregação poderia entender-se como benéfica para os próprios deficientes porque as instituições lhes poderiam prestar assistência, proteção, alguns tratamentos e inclusive um princípio de educação.

Originalmente, pois, a Educação Especial é caracterizada por uma fase de grande otimismo e euforia. É a época em que se abrem as primeiras escolas residenciais de cegos, surdos e débeis mentais. Observa-se nas palavras de Pereira (1993, p. 13) que “se acreditava que se conseguiria, através da Educação Especial, resolver a maioria dos males provenientes da deficiência”. Nesta fase se começa a fazer a formação de professores em instituições e que se criam as primeiras associações profissionais, tais como a Associação Americana de Instrutores de Cegos (1871), a Associação Americana de Deficiência Mental (1876) e que a psicologia se estabeleceu como um campo profissional.

A Primeira Grande Guerra afetou o pensamento de então. Começa-se a por em causa o significado da diferença, o papel da criança na sociedade, a prevenção das doenças e deficiências e as prioridades no domínio da saúde. As duas guerras mundiais deram origem a que muitas pessoas ficassem estropiadas, mutiladas e com perturbações mentais. Os países envolvidos confrontaram-se com a necessidade de assumir responsabilidades e se empenharam na procura de respostas para tão grande número de concidadãos atingidos. Assiste-se a uma fase de empenhamento e esperança refletida num renascimento humanista, atingindo o apogeu nos finais dos anos sessenta.

Na primeira década do século, o ensino elementar torna-se obrigatório em quase todos os países da Europa. Em Portugal, logo após a implantação da República, apenas um terço das crianças, dos sete aos catorze anos, frequentavam a escola obrigatória, decretada em 1911. Niza (1996) constata que “na França, por essa altura, Binet e Simon tinham concebido a primeira Escola de Inteligência encomendada para selecionar os alunos que não progrediam nem acompanhavam o ritmo de ensino, ministrado nas escolas públicas”. Segundo Sahb (2006), “com apoio nestes trabalhos, surgiram métodos pedagógicos de grande interesse, como os inúmeros processos de aprendizagem baseados na atenuação e minimização de estímulos não essenciais ou irrelevantes”.

Como destaca Mendes (2010), em 1921, Miss Eglantine Jebb, na Suíça, foi a precursora da Declaração dos Direitos da Criança e, em 1948, as Nações Unidas promulgaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos e, em 1995, a Recomendação 99 da OIT (Organização Internacional do Trabalho). Tais instrumentos foram fundamentais para estender aos deficientes físicos e mentais as oportunidades de acesso ao trabalho.

Bueno (1993) afirma que o marco no Brasil da Educação Especial foi a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos e do Instituto dos Surdos-mudos, na cidade do Rio de Janeiro, na década de 50. No período Imperial iniciou-se o tratamento de doentes mentais em Hospitais psiquiátricos. Os institutos tiravam e isolavam surdos e cegos do convívio social, sendo que estes não necessitavam de tal isolamento. Começaram, neste período, tratamentos no Hospital psiquiátrico da Bahia, em 1874.

Embora, de forma lenta, após a proclamação da república, a educação especial foi se expandindo e, em 1903, foi criado o Pavilhão Bourneville, e o pavilhão de menores do Hospital do Juqueri, em 1923. Os referidos Institutos foram fundamentais no atendimento dos deficientes e impulsionaram reflexões sobre a educação de pessoas com deficiência. Após a proclamação da República, a Educação Especial alargou-se pelo território nacional de maneira lenta. Aliás, fato que ocorreu com a educação brasileira em geral, ou seja

Neste período, a rede pública escolar se preocupará com a deficiência mental, decorrência da influência por parte da psicologia que passou a influenciar nos processos de ensino. Este fato pode ser verificado, em São Paulo, com a criação do Laboratório de Pedagogia Experimental, na Escola Normal de São Paulo em 1913 (PESSOTTI, 1984, p.7).

Várias reformas na educação brasileira foram realizadas na década de 1920 a partir da Escola Nova. Nesta medida, vários professores europeus vieram ao Brasil para oferecerem cursos aos educadores brasileiros. Isto influencia diretamente os rumos da Educação Especial no nosso País. Helena Antipoff, neste contexto, cria em 1932, a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais para atender aos deficientes. Foi uma pessoa fundamental na luta das pessoas

com deficiência e forma muitos profissionais que irão trabalhar na área da Educação Especial pelo país (Jannuzzi, 1992).

Após a segunda Guerra Mundial, a Educação Especial brasileira amplia o número de entidades privadas e há aumento da população atendida pela rede pública, culminando no surgimento dos primeiros Serviços de Educação Especial nas Secretarias Estaduais de Educação e das campanhas nacionais de educação de deficientes, ligadas ao Ministério da Educação e Cultura.

A partir dos anos 1950, o atendimento educacional aos deficientes passa ao governo federal e são criadas campanhas especificamente para este fim (Mendes, 2010). Durante a ditadura militar é ampliada a estrutura da rede privada de atendimento ao deficiente, tornando-as cada vez mais importante dentro do contexto da Educação Especial. Na década de 1960, ocorreu aumento no número de escolas de ensino especial e, em 1969, mais de 800 estabelecimentos de ensino especial para deficientes mentais passam a existir no país (Jannuzzi, 1992).

Na década de 70, a educação especial pública, juntamente com a ampliação da rede privada passou por um processo de renovação e são criadas as classes e escolas especiais que culminaram com a criação de Serviços de Educação Especial em todas as Secretarias Estaduais de Educação e do Centro Nacional de Educação Especial – CENESP. Já na década de 80, o Brasil experimenta uma fase de redemocratização e, após vinte e um anos de ditadura militar, além da reorganização dos partidos políticos, observa-se uma organização da sociedade a partir do associativismo. Além disto, vale lembrar que a redemocratização nos permite a promulgação da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do adolescente (ECA).

No art. 208, a Constituição Federal de 1988, traz a integração escolar como regra constitucional, zelando pelo atendimento às pessoas com deficiência, preferencialmente na

rede regular de ensino. A Constituição Federal de 1988 postula o direito de todos à educação e salvaguarda o direito de atendimento educacional para as pessoas com necessidades educacionais especiais. Vale dizer, ainda, que a Constituição Federal de 1988, foca no atendimento ao aluno com deficiência no Ensino Regular.

Na década de 90, as instituições assistenciais passam a ter status de organizações não governamentais (ONGs) e a distinção entre os setores públicos e privados é apresentada como fundamental ao desenvolvimento do país. Tal discurso parece ainda ecoar, infelizmente. Assim, é muito difícil pensar que a pessoa com deficiência possa, de fato, fazer valer seus direitos constitucionalmente assegurados já que há muitos interesses do mercado que se sobrepõem aos interesses destas pessoas, muitas vezes invisibilizadas socialmente.

No ano de 1994 um documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, ratifica o posicionamento dos países em relação às pessoas com deficiência, elaborado em Salamanca, na Espanha, a Declaração de Salamanca tem como objetivo fornecer diretrizes básicas para a formulação e reformulação das políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social, visando à inclusão social, da pessoa com deficiência, reforçando os direitos já adquiridos na Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração sobre Educação para Todos de 1990. A Declaração de Salamanca é consequência de uma tendência mundial que consolidou a educação inclusiva, e cuja origem tem sido atribuída aos movimentos de direitos humanos, ampliando assim o conceito de necessidades educacionais especiais, incluindo todas as crianças que não estejam conseguindo se beneficiar com a escola tradicional.

3 A SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

Neste capítulo trago minha experiência em sala de recursos numa escola do Noroeste Fluminense. Opto por não indicar o município já que há pouquíssimas salas de recursos na região e esta indicação poderia facilmente permitir o reconhecimento da mesma.

3.1 Implantações da Sala de Recursos Multifuncionais no Brasil

Em 2001, o Ministério da Educação publicou as disposições legais que tratavam das “Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica”, onde foram definidas as regras de organização para os atendimentos de alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino. È a partir daí que se apresenta, pela primeira vez, o termo “sala de recursos multifuncionais”, expressando o atendimento feito pelo professor da educação especial e determinando ser este de caráter curricular complementar ou suplementar devendo ser utilizados equipamentos e materiais específicos (MEC, 2001). O Decreto nº 72.425/1973, em seu artigo 1º, traz, inclusive, que o objetivo da educação especial é “promover em todo o território nacional, a expansão e a melhoria do atendimento aos excepcionais (BRASIL, 1973)”.

No cenário de zelo aos deficientes através da educação especial, as salas de recursos multifuncionais são implantadas, com o apoio da União Federal, em 2007, através do edital nº 01 de 26 de abril. Por este, buscava-se a inclusão dos alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino. As salas de recursos multifuncionais são definidas como espaço no qual estão organizados equipamentos de informática, materiais pedagógicos, materiais adaptados que atendam os diferentes tipos de necessidades especiais apresentados pelos educandos (BRASIL, 2007). De maneira mais clara, o MEC define a sala de recursos da seguinte maneira:

Sala de Recursos: serviço de natureza pedagógica, conduzido por professor especializado, que suplementa (no caso dos superdotados) e complementa (para os demais alunos) o atendimento educacional realizado em classes comuns da rede regular de ensino. Esse serviço realiza-se em escolas, em local dotado de equipamento e recursos pedagógicos adequados às necessidades educacionais especiais dos alunos, podendo estender-se a alunos de escolas próximas, nas quais ainda não exista esse atendimento. Pode ser realizado individualmente ou em pequenos grupos, para alunos que apresentem necessidades educacionais especiais semelhantes, em horário diferente daquele em que frequentam a classe comum (MEC, 2001, p. 50).

E como deve ser a atuação do docente de sala de recursos multifuncionais? Este profissional deve reconhecer a diversidade na sala de aula e trabalhar enfatizando as particularidades do aluno com deficiência, considerando atenção às seguintes disciplinas (Brasil, 2004):

Língua Brasileira de Sinais (Libras); interpretação de Libras; Língua Portuguesa para surdos; Sistema Braile; orientação e mobilidade; utilização do soroban; as ajudas técnicas, incluindo informática adaptada; mobilidade e comunicação alternativa/aumentativa; tecnologias assistivas; informática educativa; educação física adaptada; enriquecimento e aprofundamento do repertório de conhecimentos; atividades da vida autônoma e social, entre outras (BRASIL, 2004, p. 11).

Ao longo do tempo, a sala de recursos tem se mostrado um eficiente instrumento de inclusão, se puder funcionar colocando situações de aprendizagem conectadas ao ensino para a diversidade. E quem, afinal, são os destinatários da sala de recursos?

3.2 Público-alvo da Sala de Recursos Multifuncionais

Considerando as normas brasileiras, as salas de recursos multifuncionais foram criadas para o atendimento de alunos das redes municipais e estaduais de ensino, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação. Para atendimento destes alunos, o ensino ocorre no contra turno em que o aluno estuda e, deste modo, o aluno continua participando das atividades do ensino regular (BRASIL,2007).

Apenas alunos que são avaliados poderão frequentar as salas de recursos multifuncionais. Estas avaliações deverão ser realizadas por equipe multidisciplinar a fim de que sejam observados o tipo de deficiência, a existência de transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, dentre outros.

Para que haja o diagnóstico desses alunos que frequentam as salas de recursos multifuncionais, são realizadas parcerias com serviços públicos de saúde e instituições particulares. Ainda assim, é comum que estes diagnóstico demorem muito. Daí, fica facultado às escolas atenderem aos alunos que ainda não possuem um diagnóstico fechado para não retardar o seu processo de inclusão e, portanto, seu desenvolvimento adequado (BRASIL,2007).

Vale dizer que o aluno público alvo da sala de recursos multifuncionais possui uma matrícula dupla que está regulamentada de acordo com o Decreto nº6.257/2007 sendo beneficiado na etapa da educação básica e do Atendimento Educacional Especializado.

Na concepção de Glat & Nogueira (2002), essa ampliação do horário da jornada escolar será muito benéfica no sentido de resultar numa reorganização do sistema educacional, na revisão das práticas pedagógicas atentando sempre para o desenvolvimento cognitivo social e cultural desses alunos na medida em que suas necessidades são atendidas e as diferenças respeitadas.

Os alunos atendidos pelas salas de recursos são aqueles com limitações em seu processo de desenvolvimento e por isso apresentam dificuldades em acompanhar as atividades curriculares, dificuldades estas que podem ser derivadas de uma disfunção orgânica, limitações ou deficiências, além de alunos com dificuldades no processo de comunicação ou com altas habilidades/superdotação e que apresente grande dificuldade de compreender determinados temas (BRASIL, 2006).

3.3 Minhas experiências com Sala de Recursos

No decorrer do meu curso de Licenciatura em Pedagogia no Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior, realizei diversos estágios que me permitiram confrontar a teoria com a prática. Vale dizer que o Estágio Curricular é um componente obrigatório dos cursos de licenciatura da Universidade Federal Fluminense. O estágio é desenvolvido no futuro local de atuação profissional do licenciando e visa integrar o processo de formação do discente, fomentando competências inerentes à atividade profissional e capacitando-o para o desempenho satisfatório da prática docente.

Há duas modalidades de estágio supervisionado: obrigatório e não obrigatório. O estágio obrigatório é aquele previsto no Projeto Político Pedagógico do curso de graduação, configurando-se como elemento indispensável para a aprovação e obtenção do diploma. Já o estágio não obrigatório é desenvolvido de maneira facultativa.

Na Universidade Federal Fluminense, o estágio é celebrado via convênio com instituições públicas e privadas. No Noroeste Fluminense, há convênio com algumas prefeituras da região. Havendo convênio, é preciso formalizá-lo através de Termo de Compromisso de Estágio, nos termos da Lei de Estágio (Lei n. 11.788/2008). Quer obrigatório ou não, o estágio deverá ser autorizado e acompanhado pelo coordenador de estágio do curso de graduação.

O Termo de Compromisso de Estágio é acompanhado de um plano de atividades, acordado pelo estagiário, pela instituição onde será cumprido o estágio e pela Universidade Federal Fluminense. Vale dizer, ainda, que o estágio curricular obrigatório tem como objetivos:

(...) possibilitar ao professor em formação o contato direto com situações reais de ensino e aprendizagem, com a dinâmica escolar, com a estrutura organizacional da escola e com as relações profissionais que envolvem a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, assim como espaços e instituições não escolares. O estágio é

compreendido como um campo de investigação e de possibilidades de aproximação da realidade com a atividade teórica, que propicia a formação do educador-pesquisador e a reflexão sobre a prática profissional (UFF, 2008, p. 13).

Na Universidade Federal Fluminense, o estágio supervisionado obrigatório é realizado através de disciplinas chamadas PPE – Pesquisa e Prática de Ensino. Na Licenciatura em Pedagogia do Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior, integram a grade curricular as seguintes disciplinas:

- a) Pesquisa e Prática de Ensino I (voltada para a Educação Infantil);
- b) Pesquisa e Prática de Ensino II (voltada para o Ensino Fundamental);
- c) Pesquisa e Prática de Ensino III (voltada para o Ensino Médio); e,
- d) Pesquisa e Prática de Ensino IV (voltada para espaços educativos não escolares, como ONGs, empresas e hospitais).

Destaque-se que há normativa mencionando que a disciplina de “PPE, que inclui o estágio curricular, deverá ser desenvolvida em escolas públicas do Noroeste Fluminense” (UFF, 2008, p. 13). Segundo Barreto (2006), o Estágio Supervisionado visa fortalecer a relação teoria e prática baseado no princípio metodológico de que o desenvolvimento de competências profissionais implica em utilizar conhecimentos adquiridos, quer na vida acadêmica, quer na vida profissional e pessoal. Sendo assim, o estágio constitui-se em importante instrumento de conhecimento e de integração do aluno na realidade social, econômica e do trabalho em sua área profissional.

De modo a responder à problematização inicial levantada: “De que maneira é possível trabalhar com as crianças da educação infantil na sala de recursos multifuncionais?”, passamos ao relato de experiência a partir de observação realizada durante estágio supervisionado não obrigatório. Tal experiência se materializou numa creche escola do

Noroeste Fluminense, em sala de recursos multifuncionais, entre os meses de agosto e setembro do ano de 2018, em dias e horários alternados. Vale aqui destacar que a referida sala funciona de segunda a quinta-feira. Usamos “Noroeste Fluminense” pois há poucas salas de recursos na região e a localização do município poderia interferir no reconhecimento dos envolvidos na observação.

Como exposto no documento “Orientações para implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva” (BRASIL, 2013, p. 15):

O Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, criado em 2005, foi instituído pela Portaria Ministerial nº 13/2007, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. As Salas de Recursos Multifuncionais constituem-se em espaços para a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE, complementar à escolarização de estudantes público alvo da educação especial. O Programa contempla as demandas das Secretarias de Educação apresentadas no Plano de Ações Articuladas – PAR, tendo como critério atender escolas públicas com matrícula de estudantes público alvo da educação especial em classe comum do ensino regular, registradas no Censo Escolar INEP/MEC.

A pesquisa observou que a Sala de Recursos Multifuncionais é composta por um espaço físico com boas condições de acessibilidade, boa iluminação e climatização. Além disso, há documentos indispensáveis ao atendimento nas Salas de Recursos Multifuncionais como:

- a) Ficha de Identificação;
- b) Relatório Semestral e Final da Sala de Recursos Multifuncionais;
- c) Ficha de ocorrências/registros;
- d) Modelo para Plano Pedagógico Individual – PPI;
- e) Relatório de visita do professor do AEE à escola de origem do aluno.

Nesta sala onde desenvolvi o estágio, trabalha apenas uma professora e esta possui Licenciatura em Pedagogia e Pós-Graduação na área de Saúde Mental. A mesma está em permanente formação, ofertada pela Equipe do Núcleo de Atendimento Especializado (NAE) da Secretaria Municipal de Educação.

A professora da Sala de Recursos Multifuncionais mantém contato permanente com as professoras das salas regulares, com os profissionais de apoio, pais e, sempre que possível, com os demais profissionais que assistem as crianças, dentre eles, psicólogos e fonoaudiólogos.

A Sala de Recursos Multifuncionais observada atendia, à época, 18 (dezoito) crianças. Dessas, 90% possuem professor de apoio na sala regular, sendo que a exigência para ocupação de tal cargo é ter o Ensino Médio. Estes se reúnem quinzenalmente com a coordenadora de Educação Especial, que os orientam de acordo com as necessidades de cada aluno.

Há, como já dito anteriormente, 18 crianças atendidas na Sala de Recursos Multifuncionais, e apenas uma professora para realizar o atendimento, que dura cerca de 50 minutos à uma hora. Esta sente-se sobrecarregada por atender nos turnos diurno e vespertino, além de improvisar jogos e brincadeiras para que as crianças assimilem os conteúdos, já que a professora prefere o lúdico porque os alunos estudam de maneira formal na sala de aula regular.

À época havia apenas uma Sala de Recursos Multifuncionais no município para atender toda a clientela com necessidades educativas especiais, o que tornava o trabalho com o público-alvo da professora da Sala de Recursos Multifuncionais intenso e, por vezes, até cansativo.

O público-alvo da Sala de Recursos Multifuncionais foram as crianças matriculadas na rede regular de ensino e que apresentavam diferentes deficiências, dentre elas: física, auditiva, visual, intelectual e que, para serem atendidas, apresentaram o laudo médico, referendado com a CID, ou seja, a Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o Atendimento Educacional Especializado – AEE realizado na Sala de Recursos Multifuncionais não substitui a escolarização em classe comum e deve ser planejado de tal modo que assegure aos alunos o acesso ao ensino inclusivo, na comunidade em que vivem, conforme meta de inclusão plena, prevista no artigo 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada à Constituição Federal/88 (nos termos do parágrafo 3º do artigo 5º), que dispõe:

Artigo 24

Educação

1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. ***Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida, com os seguintes objetivos:***

- a) O pleno desenvolvimento do potencial humano e do senso de dignidade e auto-estima, além do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais e pela diversidade humana;
- b) O máximo desenvolvimento possível da personalidade e dos talentos e da criatividade das pessoas com deficiência, assim como de suas habilidades físicas e intelectuais;
- c) A participação efetiva das pessoas com deficiência em uma sociedade livre.

2. Para a realização desse direito, os Estados Partes assegurarão que:

- a) ***As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino primário gratuito e compulsório ou do ensino secundário, sob alegação de deficiência;***
- b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino primário inclusivo, de qualidade e gratuito, e ao ensino secundário, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem;
- c) Adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais sejam providenciadas;
- d) As pessoas com deficiência recebam o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;
- e) Medidas de apoio individualizadas e efetivas sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena.

3. ***Os Estados Partes assegurarão às pessoas com deficiência a possibilidade de adquirir as competências práticas e sociais necessárias de modo a facilitar às pessoas com deficiência sua plena e igual participação no sistema de ensino e na vida em comunidade.*** Para tanto, os Estados Partes tomarão medidas apropriadas, incluindo:

- a) Facilitação do aprendizado do braille, escrita alternativa, modos, meios e formatos de comunicação aumentativa e alternativa, e habilidades de orientação e mobilidade, além de facilitação do apoio e aconselhamento de pares;
- b) Facilitação do aprendizado da língua de sinais e promoção da identidade lingüística da comunidade surda;

c) Garantia de que a educação de pessoas, em particular crianças cegas, surdocegas e surdas, seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados ao indivíduo e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social.

4. A fim de contribuir para o exercício desse direito, os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para empregar professores, inclusive professores com deficiência, habilitados para o ensino da língua de sinais e/ou do braille, e para capacitar profissionais e equipes atuantes em todos os níveis de ensino. Essa capacitação incorporará a conscientização da deficiência e a utilização de modos, meios e formatos apropriados de comunicação aumentativa e alternativa, e técnicas e materiais pedagógicos, como apoios para pessoas com deficiência.

5. Os Estados Partes assegurarão que as pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino superior em geral, treinamento profissional de acordo com sua vocação, educação para adultos e formação continuada, sem discriminação e em igualdade de condições. Para tanto, os Estados Partes assegurarão a provisão de adaptações razoáveis para pessoas com deficiência.

Portanto, a Convenção é taxativa ao proteger as pessoas com deficiência das diferentes formas de discriminação e, ainda, é clara ao postular que toda pessoa com deficiência deve usufruir de iguais direitos à participação social, inclusive nos sistemas de ensino. E como eu pude observar estes pressupostos na prática?

Na minha experiência, percebi que uma criança, ao chegar na Sala de Recursos Multifuncionais, é primeiramente sondada pela professora, que analisa toda a vida escolar do discente para, em seguida, realizar o Plano Pedagógico Individual – PPI, que visa descrever a organização dos conteúdos a serem trabalhados na Sala de Recursos Multifuncionais, conforme modelo em anexo.

A partir do PPI, a professora elabora atividades que visam auxiliar o ensino-aprendizagem da criança e que obedecem o tempo de cada uma delas, bem como suas limitações.

O formulário de registro do PPI foi planejado pela Diretoria de Execução de Políticas e Planos Educacionais de Brasília, distribuído no V Seminário de Educação Inclusiva realizado em Nova Friburgo - RJ e abrange as funções intelectuais, o comportamento adaptativo, a formação da identidade e as funções psicomotoras.

Na Sala de Recursos Multifuncionais pesquisada, foi possível observar que os alunos são avaliados durante todo o processo de atendimento, através de um Plano Pedagógico Individual – PPI, onde o registro de avaliação é feito e onde o professor registra todo o desempenho alcançado pelo aluno na Sala de Recursos Multifuncionais. Foi fundamental para a minha formação ter tido a chance de participar deste espaço formativo. A partir daí pude perceber a importância que o estágio tem na formação para a prática profissional.

CONCLUSÃO

Pessoas com necessidades especiais nem sempre têm acesso facilitado à educação, mesmo havendo previsão na Constituição de 1988. Como vimos, a educação especial surge para atender a uma minoria que não tinha espaço na sociedade e sequer direito a inserção no ensino regular. Neste contexto, as salas de recursos multifuncionais são de grande importância para o processo de escolarização dos alunos com necessidades educacionais especiais. Nas salas de recursos os alunos são atendidos de forma individual e os conteúdos são trabalhados de maneira diferenciada das classes comuns. Nelas, são utilizados recursos pedagógicos inclusivos, materiais concretos, jogos e tecnologias a fim de facilitar a compreensão dos conteúdos.

No nosso entender, as salas de recursos multifuncionais são avanço na área da educação especial, pois a partir delas os professores obtiveram um espaço privilegiado de ensino e, ao mesmo tempo, um passo importante para a mudança de pensamento sobre a educação das pessoas com deficiência. Os professores das Sala de Recursos Multifuncionais atendem a todos os alunos que se enquadram no perfil do público-alvo e, através de sua formação acadêmica e formação continuada, atuam como agentes transformadores da sociedade à medida que trabalham a inserção através da inclusão.

Como diz a Constituição de 1988, a educação é direito de todos e a escola deve ser para todos. Portanto, todos devem ter acesso garantido e condições de permanecer na escola e se desenvolver em todos os aspectos. No que tange à educação infantil, nossa experiência de estágio pôde nos permitir observar que as salas de recursos multifuncionais são de extrema importância já que as contribuem para a estimulação das crianças com necessidades educacionais especiais, auxiliando no desenvolvimento das capacidades motoras, físicas, intelectuais e psicomotoras dessas crianças.

Concluimos no sentido de que a educação especial é apenas um passo para a materialização da educação inclusiva. A inclusão é um movimento amplo, levando em conta não apenas o portador de necessidades educacionais especiais, mas considerando também as diferenças individuais, direitos e deveres dos cidadãos. Faz-se necessário pesquisar e discutir sobre o assunto. Assim, é preciso que os professores se conscientizem de seu importante papel na Sala de Recursos Multifuncionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1988.

_____. Secretaria da Educação Especial. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Brasília: CNE/CEB, 2001

_____. Ministério da Educação. *Portaria Normativa nº 13*, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a criação do “Programa de Implantação das Salas de Recursos multifuncionais. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/multifuncional.pdf>.

_____. *Orientações para implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. V Seminário de Educação Inclusiva: direito à diversidade: Nova Friburgo, 2014.

BUENO, J. G. S. *Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente*. São Paulo: Educ, 1993.

GLAT, R.; NOGUEIRA, M. de L. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. In: *Revista Integração*: Brasília : MEC/SEESP, ano 14, n. 24, 2002.

JANNUZZI, G. *A luta pela educação do deficiente mental no Brasil*. Campinas/SP: Editores Associados, 1992.

JIMENEZ, R. B. *Necessidades educativas especiais*. Dinalivro: Lisboa, 1994.

KELMAN, C. A. et al. *Formação de Professores e Organização do Ensino nas Salas de Recursos Multifuncionais das Classes Comuns*. In Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. 8. Londrina. Anais do VIII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial, 2013.

LEÃO, A. M. C. *Inclusão: expectativa do professor quanto ao desempenho acadêmico do aluno surdo*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 86, n. 213/214, p. 86-100, 2005.

MENDES, E. C. *Breve história da educação especial no Brasil*. Revista Educação e Pedagogia, São Carlos, SP, v. 22, n. 57, p. 93-109, 2010.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete Declaração de Salamanca. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/declaracao-de-salamanca/>>. Acesso em: 13 de fev. 2019.

NIZA, S. A. *Necessidades especiais de educação: Da educação à inclusão na escola comum*. Inovação, 1996.

OLIVEIRA, J. F. *A função social da educação e da escola pública: tensões, desafios e perspectivas*. In: FERREIRA, E.B.; OLIVEIRA, D.A. (Orgs.). Crise da escola e políticas educativas. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

OLIVEIRA, S. L. de. *Tratado de metodologia científica: Projetos de Pesquisa*. TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 2004.

PEREIRA, L. M. *Evolução Histórica da Educação Especial*. In Integração Escolar. Coletânea de Textos. Lisboa: FMH/UTL, 1993.

PESSOTTI, I. *Deficiência mental: da superstição à ciência*. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

PONCE, A. *Educação e luta de classes*. São Paulo. Cortez: Autores Associados, 1992.

SAHB, W. F. *Educação especial: olhar histórico, perspectivas atuais e aporte legal*. 2006. Disponível em <http://www2.univali.br/revistaREDE/rede5/artigos/artigo_2.doc>. Acesso em 17 nov. 2018.

SEESP. Secretaria de Educação Especial. Ministério da Educação. *Orientações gerais e marcos legais*. Brasília: DF, 2007.

SEVERINO, A. J. *Metodologia da Pesquisa Científica*. 21ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

UFF. *Projeto: Criação do Curso de Pedagogia – Licenciatura*. Universidade Federal Fluminense: Santo Antônio de Pádua, 2008.